

Ulysses lutará pela manutenção dos dois turnos

Da Sucursal

São Paulo — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que o PMDB se empenhará para a manutenção dos dois turnos para as eleições municipais ainda este ano. O deputado encontrou-se ontem à noite com o governador Orestes Quercia, e ouviu dele o pedido para que os dois turnos não sejam suprimidos da Carta. No sábado, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, pediu ao presidente da Constituinte o contrário: apenas um turno. Para Ulysses, a divisão de opiniões é natural, mas efetivamente, o PMDB sempre lutou pelo segundo turno.

Ulysses disse que vai conversar com todos os governadores, sobre a questão do segundo turno. "Criou-se uma situação transitória. As candidaturas estão postas e a Constituição não foi votada ainda, de maneira que há um enfoque quanto ao assunto", afirmou. Sobre o esforço concentrado, para acelerar a votação na Constituinte, o deputado disse que vai solicitar às bancadas para que as votações sejam realizadas na parte da manhã e à tarde. "Solicitei às lideranças para se reunirem à noite, quer dizer, vamos multiplicar os trabalhos por dois".

Sobre os cortes no orçamento, Ulysses disse que houve uma transferência de encargos muito grande da União para os Estados e municípios que não foi proporcional às verbas. "Dizem

que isso não foi proporcional. Queremos um equilíbrio orçamentário para que o tiro não saia pela culatra, ou seja, prejudiquemos os Estados e municípios", concluiu.

RETIRADA

Os senadores Mário Covas, presidente nacional do PSDB, e Fernando Henrique Cardoso, líder do partido na Constituinte, que estiveram na noite de anteontem e madrugada de ontem no Espírito Santo, para o lançamento da candidatura da deputada federal Rose de Freitas, no município da Serra, admitiram ambos como possível a retirada do dispositivo que institui o segundo turno para as eleições municipais deste ano, da futura Constituição.

Covas entende que o dispositivo permanecerá no corpo da Carta, mas um amplo acordo de lideranças poderá eliminá-lo das Disposições Constitucionais Transitórias. Fernando Henrique, por sua vez, acha possível a retirada, "pois tudo que não é democrático tem chance neste País. Afinal, nossa formação é mesmo autoritária. "No mérito, ambos os tucanos defendem a permanência do instituto do segundo turno, por o entender como democrático e um dos fatores que poderá trabalhar em benefício da estabilidade política, possibilitando administrações mais tranquilas e eficientes.

Começa hoje o esforço concentrado

Constituinte tentará concluir o segundo turno até o final de agosto

GIVALDO BARBOSA



Sant'Anna diz que governistas estão articulados e já registraram várias vitórias

Sant'Anna desmente apelo do Presidente

RITAMARIA PEREIRA Da Editoria de Política

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, negou procedência, ontem, às informações de que o presidente José Sarney pretende fazer um apelo a seus líderes para que se empenhem na defesa de temas do interesse do Governo durante as votações em plenário. Primeiro, lembrou o deputado, ele sabe que a Constituinte foi dominada pelo clima de fim de festa, com o pessoal votando sempre de olho no palanque eleitoral; depois, porque não existe razão para esse apelo, já que os líderes governistas estão articulados e também registram vitórias.

Segundo Sant'Anna, além desses fatores complexos que dificultam a mudança de qualquer coisa significativa nas votações de segundo turno, o presidente Ulysses Guimarães vem reforçando o clima de loucura que predomina no plenário, à base do afogadilho. Isso, completou, impediu que essa última fase servisse a seus objetivos principais, de reflexão e análise profunda do texto aprovado em primeiro turno.

O líder governista negou razão àqueles que gostam de apontar derrotas do grupo ligado ao Palácio do Planalto nas votações em plenário, dizendo que não ganharam apenas o mandato de cinco anos e a manutenção do sistema presiden-

cialista. No seu entender, isso veio por exemplo, na anistia dos militares e até, em parte, com as restrições impostas à anistia dos débitos contraídos pelos pequenos e microempresários, quando o Governo acreditava que seria esmagado por até 420 votos. No final, a emenda comunista limitou bastante o benefício e atendeu às ressalvas técnicas de que a medida faria um rombo no tesouro nacional.

No Palácio do Planalto, assinalou o deputado, todos têm consciência de que a tendência agora é por manter o texto aprovado, pois os constituintes se voltam para o clima eleitoral e não iriam tomar posição desfavorável aos interesses populares diante da proximidade do pleito de 15 de novembro. Para ele, esse talvez seja o reflexo negativo predominante no meio político que mais interfere nas negociações. A ponto de permitir a manutenção do turno de seis horas, do pagamento de um terço do salário por ocasião das férias, da greve ilimitada, da licença-paternidade e da licença de 120 dias para as gestantes.

Mesmo diante "desta insanável vontade de agradar o eleitor", o líder Carlos Sant'Anna continua na articulação do grupo governista para as votações da parte das disposições transitórias, na qual deseja mudar, principalmente, o que trata da Previdência Social. Antes, porém, quer dar uma demonstração de força para retirar do tex-

to a parte de censura a ministros, até sob o argumento de que isso é prática do regime parlamentarista que não vingou. Outros pontos de interesse estão na ordem econômica e no que interessa ao empresariado brasileiro.

O deputado reconhece que todo seu esforço está limitado aos climas de fim de festa e até à postura do presidente Ulysses Guimarães. "Para quem a presa é mais importante do que o trabalho reflexivo e analítico". Dai prever dificuldades e muita batalha quando tiver que interferir para alterar o quadro da seguridade social, que, no seu entender, se for mantido, inviabilizará todo o sistema previdenciário.

Com tudo isso, concluiu o deputado, o presidente José Sarney não tem nada a reclamar dos seus líderes, que vêm demonstrando garra e disposição para enfrentar não só a influência das eleições de 15 de novembro dentro do plenário da Constituinte como até à postura do presidente Ulysses Guimarães, "fatores adversos para todos os que pretendessem executar um trabalho mais responsável". Depois, porque ainda nem entraram em pauta as matérias de maior interesse do Governo e as lideranças já saíram na frente, mobilizando o grupo e tentando sensibilizar o plenário para os temas sobre os quais vai se concentrar nas disposições transitórias.

Collor teme golpe após a Constituinte

RAIMUNDO GOMES Correspondente

Maceió — O governador Fernando Collor manifestou ontem a sua preocupação com o período compreendido entre a promulgação da nova Carta — prevista para setembro — e as eleições presidenciais de 1989: "sem ter a Constituinte para atacar, desviando a atenção da opinião pública sobre a própria ineficiência, ao Governo Federal não restará caminho senão exibir toda a eioduência de sua nulidade absoluta", declarou ele.

Collor acha que esse período representará, de fato, "um risco à estabilidade", tendo em vista que "o País rolará ladeira abaixo, agravando essa que já é a maior e mais avassaladora crise que o Brasil já enfrentou na história da República", criando, segundo ele, "um ambiente propício à ação dos inimigos da democracia, que ficam excitados com o agravamento do caos e certamente voltarão a propor medidas exóticas e golpistas contra o Brasil".

O governador de Alagoas, que fez essas declarações com exclusividade para o CORREIO, acha que as medidas adotadas pelo Governo Federal na área econômica "dificilmente alcançarão êxito, porque simplesmente estão sendo implementadas por um Governo ilegítimo, que o povo não deseja e em cujas ações não confia". Ele é de opinião que nada poderá produzir efeito prático, no Brasil, sem a mais ampla adesão popular.

Mesmo o blefe do plano cruzado, somente obteve algum sucesso na sua fase inicial, em decorrência do amplo apoio popular às medidas adotadas na época. O fato não se repetirá, porque a população já não acredita mais em mudança significativa num Governo que elegeu a corrupção como sua prática e que gastou três anos e bilhões de cruzados no único projeto que motivou o Palácio do Planalto: garantir, através da negociação, mais um ano de man-



Fernando Collor

dato — prosseguir.

CRISE DE CREDIBILIDADE

Collor vê, por isso, que "o maior erro da Constituinte até o momento foi prolongar a crise, oferecendo mais um ano de governo ao presidente José Sarney". Por esse erro, na sua opinião, "o País pagará muito caro, não apenas em espécie, para honrar as negociações realizadas pelo Planalto, como também no agravamento dos seus problemas mais graves e que exigem respostas emergenciais, que passam pela mobilização popular".

O governador alagoano considera que o Brasil tem um período preocupante pela frente, "porque falta credibilidade, a respeitabilidade e competência ao atual Governo Federal". Ele fez questão, todavia, de ressaltar o respeito que lhe merece a Assembleia Nacional Constituinte, acrescentando que a cena foi promovida, única e exclusivamente, pelo líder, deputado José Lourenço.

Por um ato de precipitação, afirmou, Lourenço rompeu com os acordos apostando no impasse das negociações uma vez que seu partido vinha perdendo nas votações. Atitude que o PFL, inclusive, promoveu em outras etapas da Assembleia, igualmente sem sucesso, em todas, retornou às conversações.

Destá vez, no entanto, o isolamento de José Lourenço se deu em dois níveis: não contou com os votos do Centrão e não teve apoio de parte considerável de seu próprio partido. O líder do PFL tentou por três vezes e o máximo que conseguiu foram pouco menos de que 50 votos no interior de sua bancada. Certamente, o deputado não contava com um simples ingrediente que faria sua tentativa de manobra malograr: a liderança do senador Marco Maciel, que não apenas continuou votando com a maioria como deu prosseguimento aos acordos participando de todas as rodadas de negocia-

PFL encena, mas volta à mesa de negociações

CLAUDIA MOEMA Da Editoria de Política

A volta do PFL à mesa de negociações representou nada mais do que um jogo de cena. A observação é de um dos importantes articuladores políticos na Assembleia Nacional Constituinte, acrescentando que a cena foi promovida, única e exclusivamente, pelo líder, deputado José Lourenço.

Por um ato de precipitação, afirmou, Lourenço rompeu com os acordos apostando no impasse das negociações uma vez que seu partido vinha perdendo nas votações. Atitude que o PFL, inclusive, promoveu em outras etapas da Assembleia, igualmente sem sucesso, em todas, retornou às conversações.

Destá vez, no entanto, o isolamento de José Lourenço se deu em dois níveis: não contou com os votos do Centrão e não teve apoio de parte considerável de seu próprio partido. O líder do PFL tentou por três vezes e o máximo que conseguiu foram pouco menos de que 50 votos no interior de sua bancada. Certamente, o deputado não contava com um simples ingrediente que faria sua tentativa de manobra malograr: a liderança do senador Marco Maciel, que não apenas continuou votando com a maioria como deu prosseguimento aos acordos participando de todas as rodadas de negocia-

ção. O grupo de José Lourenço sentiu o isolamento dentro do próprio plenário e não foram raras as vezes em que o deputado Inocêncio Oliveira (PE) ocupou o microfone para orientar o voto de sua bancada afirmando: "nós não participamos do acordo mas para o andamento da Constituinte nós votamos..." O próprio Inocêncio encarregou-se de fechar "acordos" antes da votação no interior do plenário, em conversas informais com as



José Lourenço

outras lideranças. O PFL emitiu os primeiros sinais de sua volta.

O PFL sentiu a necessidade de retornar formalmente à mesa de negociações mas não poderia simplesmente, voltar. Dai toda a encenação com o PMDB. Ao PFL resta ainda a situação, relativamente confortável, em saber que o maior partido na Assembleia, o PMDB, fecha com algumas de suas posições, independente de outros partidos. É importante para o PFL, segundo afirmou esse articulador político, saber que existem pontos de convergência com o PMDB para evitar novo isolamento em plenário e, consequentemente, novas derrotas.

A insistência do PFL em querer, novamente, apresentar e negociar num primeiro instante com o PMDB "os seus pontos prioritários", também está incluída na encenação. Pouco antes das votações do segundo turno, o próprio PFL, aliado ao PDS e ao Governo, apresentou uma relação de mais de 40 matérias do texto constitucional que pretendia ver alteradas. Na época, o PMDB deu resposta a cada um desses itens. Hoje à tarde, durante reunião que terá com o líder Nelson Jobim e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o PFL terá nenhuma surpresa. Sabe exatamente, o que o PMDB dirá sobre cada uma de suas reivindicações.

Dobradinha poderá se repetir

A dobradinha PMDB-PFL poderá mesmo se confirmar dentro de poucas votações. No polémico capítulo da Ordem Econômica é possível prever o embate PMDB e PFL de um lado, partidos de esquerda de outro. Será na votação do dispositivo privilegiando as empresas brasileiras de capital nacional, onde o PFL quer a supressão, o PMDB já aceita uma revisão mas as esquerdas não admitem mudanças.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), desmente a possibilidade de reedição da Aliança Democrática, acrescentando que o episódio é algo do passado. A volta do PFL aos entendimentos, na sua opinião, significa uma atitude consciente dos libe-

rais que pretendem, no processo Constituinte, promover votações com aprovação acima da maioria absoluta. Mas, Jobim admite que, circunstancialmente, é provável PMDB-PFL caminharem juntos, como de fato já ocorreu, quando da votação, por exemplo, da prisão em flagrante, por ordem judiciária.

Além disso, há que se levar em conta que os setores de esquerda, como lembra o parlamentar, possuem discurso mínimo sobre organização do Estado e outras questões, limitando-se suas defesas a matérias de interesse dos trabalhadores ou nacionalistas. Por esse raciocínio, não será improvável a aliança PMDB-PFL sem apoio dos setores de esquerda. Ultrapassado o capítulo dos

Direitos Sociais — onde estão concentrados os direitos trabalhistas — a Constituinte tem pela frente o polémico capítulo da Ordem Econômica. Nele existe um dispositivo que o PFL pretende simplesmente suprimir por ser totalmente contrário aos seus interesses: a preferência na aquisição de bens e serviços pelo Estado, de empresas brasileiras de capital nacional. O PMDB não chega a tanto, mas reconhece que é preciso promover uma revisão no texto para o qual, na opinião de Nelson Jobim, aprovou-se um verdadeiro cartório. Este é, justamente, um dos pontos sagrados para os setores de esquerda a quem, aliás, foi creditada a vitória quando da aprovação em primeiro turno.

Ao contrário do que acontece habitualmente às segundas-feiras, é bastante provável que hoje a Constituinte tenha quem rum para prosseguir a votação do projeto de Constituição. Mais do que uma simples sessão, porém, a de hoje, com início previsto para as 18h, marca o começo do esforço concentrado, convocado pelo presidente Ulysses Guimarães, que quer concluir o segundo turno até o dia 30 de agosto.

Matematicamente é possível cumprir a meta de Ulysses. Faltam ser apreciados pouco menos de 500 destaques. Se a média de sessenta por sessão, registrada na semana passada, for mantida, o projeto estará votado em oito ou nove sessões. Mas como política e matemática nem sempre andam juntas, é certo que os constituintes usarão mais sessões para concluir seu trabalho.

De qualquer maneira, a maior barreira para o fim do segundo turno ainda em agosto parece estar removida. O deputado José Lourenço, líder do PFL, que ameaçava se retirar das negociações e não dar rumo para o esforço concentrado, voltou atrás e já na manhã de hoje deve participar da tradicional reunião de líderes para negociar pontos polêmicos. Independente disso, no entanto, a sessão desta segunda-feira deve ser morna, discutindo e votando apenas destaques referentes a matérias não-olímpicas. De acordo com o deputado Euclides Scalco, do PSDB, os constituintes analisarão o restante do Título III, que trata da Organização do Estado, mas deixarão alguns dispositivos desse título para a primeira sessão de terça-feira.

As questões polêmicas, que são uma questão polêmica, por exemplo, só devem ser votadas depois, porque ainda vão ser negociadas com calma. Melhor será votar essa questão com

quorum maior. Para Scalco, contudo, o fato de a primeira sessão do esforço concentrado ter sido marcada para o final da tarde da segunda-feira dá a esperança de que o quorum, mesmo baixo, será certo. "Nós, do PSDB, estaremos em peso no plenário. Toda a bancada, integrada por cerca de 50 parlamentares, se comprometeu a estar aqui em Brasília na segunda-feira", concluiu.

Além dos pontos já saltados na semana passada, para concluir a votação do Título III do projeto, faltam quatro artigos, todos incluídos no capítulo da Administração Pública. A sessão deve começar com a apreciação das condições para apresentação do servidor público civil. Pelo texto aprovado em primeiro turno, o servidor será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais; com proventos proporcionais, a partir dos 35 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço ou voluntariamente, a partir dos 30 anos de idade, com proventos integrais; aos 30 anos de idade, com proventos integrais; aos 25 anos de idade, com proventos proporcionais a esse tempo; e aos 65 anos de idade, com proventos integrais; aos 60 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Além desses pontos já saltados na semana passada, para concluir a votação do Título III do projeto, faltam quatro artigos, todos incluídos no capítulo da Administração Pública. A sessão deve começar com a apreciação das condições para apresentação do servidor público civil. Pelo texto aprovado em primeiro turno, o servidor será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais; com proventos proporcionais, a partir dos 35 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço ou voluntariamente, a partir dos 30 anos de idade, com proventos integrais; aos 30 anos de idade, com proventos integrais; aos 25 anos de idade, com proventos proporcionais a esse tempo; e aos 65 anos de idade, com proventos integrais; aos 60 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Líderes vão ao Planalto

Depois de passar três dias descansando no seu sítio de São José do Pericum-a, distante cerca de 45 quilômetros do Planalto, o presidente José Sarney reúne, nesta segunda-feira,

às 11 horas, os líderes do Governo e do PFL para analisarem a evolução dos trabalhos da Constituinte e a nova estratégia econômica que o Governo vai adotar a partir de 1989, para atender à nova ordem constitucional do País, quando a União vai ter de transferir uma parcela de 17,6 por cento da sua arrecadação. Sarney deve também fazer uma exposição das alterações que devem ser feitas no Imposto de Renda para beneficiar os assalariados.

O encontro será realizado no Palácio da Alvorada, entre as 11 e 12 horas, e terá a participação dos senadores Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado; e Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado; e dos deputados Carlos Sant'Anna, líder da maioria e do Governo na Câmara, e José Lourenço, líder do PFL na Câmara. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, também vai participar do encontro. Costa

Couto disse que não existe uma pauta predeterminada, porque todos os assuntos importantes são passados em revista.

O presidente Sarney deve fazer uma exposição da evolução da elaboração do orçamento da União para 1989, assim como do desempenho fiscal, com as propostas de reformulação do Imposto de Renda. Segundo Costa Couto, a idéia do Governo "é aumentar a receita sem elevar o imposto". Ele não quis adiantar quando Sarney vai adotar as medidas, observando, entretanto, que o estudo feito pela Secretaria da Receita Federal está sendo analisado.

Sarney foi para o seu sítio na sexta-feira, pela manhã, alegando que precisava de tempo para analisar a proposta orçamentária da União para 89. Sarney retornou neste domingo, antes das 18 horas, para chegar à tempo de assistir à missa, que tradicionalmente é celebrada na capela para os familiares e amigos íntimos da família. Ele passaria a manhã desta segunda-feira no Rio de Janeiro, na abertura da Feira Nacional de Informática.

Sarney espera acordo para Costa assumir

O presidente José Sarney deve aproveitar a reunião marcada para as 11 horas, no Palácio da Alvorada, com os líderes do Governo e do PFL no Congresso Nacional, para analisar o problema da indicação do senador Alexandre Costa para o governo do Distrito Federal. A expectativa do Palácio do Planalto é de que o arranjo constitucional para possibilitar a ascensão de Costa ao cargo, sem perder o seu mandato eletivo, seja acertado nesta segunda-feira, na reunião das 15 horas entre o deputado Ulysses Guimarães, com os líderes do PMDB e do PFL na Constituinte, deputados Nelson Jobim e José Lourenço.

A definição é muito importante para o presidente Sarney, porque ele precisa com-

pletar a sua equipe ministerial, já que o governador José Aparecido de Oliveira só pode deixar o cargo para ocupar o Ministério da Cultura depois, que Alexandre for nomeado. O futuro governador do DF foi convidado no último dia 8, mas não assumiu o GDF porque a futura Constituição estabelece que o parlamentar que ocupar cargo eletivo perde o seu mandato. Agora, Ulysses procura uma brecha para resolver o problema.

Alexandre Costa já foi sabatinado pela Comissão do Distrito Federal no Congresso Nacional, e foi confirmado com uma votação considerada muito boa, já que teve oito votos a favor e dois contra. Para o seu lugar no Senado vai o suplente Belo Parga, amigo íntimo de Sarney.

Aumenta a pressão do PSDB sobre Covas

FERNANDO SCRIPILLITI Da Sucursal

final da semana.

COLIGAÇÕES

São Paulo — A cúpula do PSDB voltou a se reunir ontem em São Paulo com a intenção de insistir com os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, considerados os únicos viáveis para substituir Franco Montoro na disputa da sucessão municipal, para que aceitem a candidatura. As pressões do partido, entretanto, dirigem-se para Covas, que teria mais chances para a vitória em São Paulo e desenharia um quadro favorável para o PSDB na sucessão presidencial.

O senador Fernando Henrique Cardoso disse que Mário Covas está aceitando melhor a idéia da candidatura, pois ele teria consciência que a sucessão municipal é uma espécie de primeiro turno para a Presidência da República. A decisão do substituto de Montoro deverá ser protelada pelo menos até o

Embora o senador Mário Covas tenha garantido no último sábado que o PSDB não vai ficar sem candidato a prefeito na capital, dois candidatos de outros partidos estão de olho numa eventual coligação. Luiz Erundino, do PT, afirmou que seu partido está disposto a abrir um diálogo com o PSDB para negociar o apoio dos tucanos à sua candidatura. Mesmo acreditando que o PSDB não admitiria a coligação, porque isso implicaria na perda da identidade do novo partido, Erundino disse que os tucanos não têm tempo para preparar uma nova campanha.

O candidato do PMDB, João Osvaldo Leiva, admitiu a possibilidade de uma coligação com o PSDB desde que este não lance candidato próprio, mas esclareceu que a decisão cabe à cúpula partidária.